

Brasília muda de imagem com multiplicação de favelas

Dalce Maria

Manfredo

Justiça quer coordenar segurança nos estados

Brasília — O Ministério da Justiça está empenhado em criar um departamento para coordenar a ação de todas as secretarias estaduais de Segurança Pública e, com isso, liberar o ministro Paulo Brossard para aquilo que ele mais gosta: assuntos políticos e jurídicos. Em estudo há 10 anos, mas só agora levado realmente a sério, a criação desse departamento atende o desejo de todos os secretários de segurança do país, mas é frustrante naquilo que eles mais reivindicam: a liberação de verbas para tocarem seus projetos de combate à criminalidade.

O secretário José Feliciano Carvalho, do Ceará, sustenta, por exemplo, que atualmente seu Estado precisa de dinheiro para armas, munições viaturas e ampliação do quadro de policiais, quando não há um só órgão no Ministério da Justiça que lute por isso em seu nome.

— Quando eu chego nesse Ministério, não encontro uma só porta onde esteja escrito "assuntos de segurança", minha esperança é que esse novo departamento atenda esses anseios — disse ele.

Mas não será assim: O Departamento de Segurança Pública Nacional, nome que terá o novo órgão servirá como um centro de informação criminal e atuará sobretudo na solução de conflitos de jurisdição entre as secretarias de Segurança Pública.

— Não está na destinação funcional desse departamento obter verbas para as secretarias que, constitucionalmente, devem ser supridas pelos governos dos estados — explica o coronel Kurt Persek, secretário do general Hugo Abreu, quando este era chefe do Gabinete Militar do presidente Geisel e agora diretor da DSI — Divisão de Segurança e Informação do Ministério da Justiça. Ele conta que o maior problema enfrentado pelo Ministério é a dicotomia de ação entre a polícia civil, incumbida da investigação policial e a Polícia Militar, cuja maior missão é o patrulhamento das ruas.

O Departamento de Segurança Pública Nacional servirá, portanto, para acabar com essa dicotomia. Ele não cita exemplos, mas admite que frequentemente uma polícia está entrando na jurisdição de outra: "A Polícia Militar começa a brigar porque acha que a Polícia Civil não tem poderes para prender criminosos; a Polícia Civil reclama porque a Polícia Militar não pode se meter na investigação. Isso, quando a própria Polícia Federal não entra na discussão para dizer que assunto de tóxico e contrabando é só com ela."

O coronel diz que a principal finalidade do departamento é acabar com essa confusão. "A União não pode legislar sobre as secretarias de Segurança dos

estados, mas pode coordenar sua atuação", deduz. Os secretários, no entanto, esperam mais:

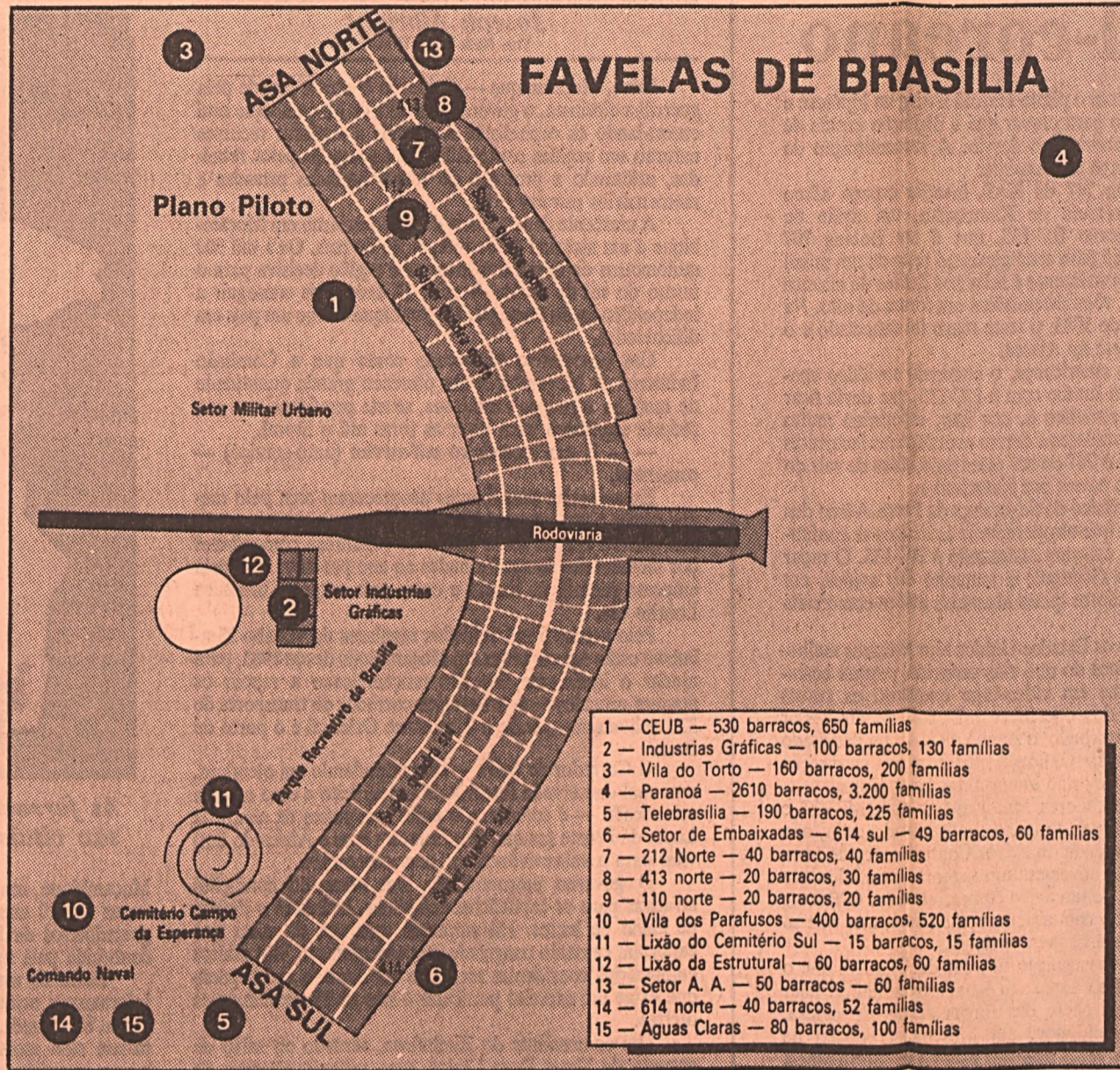
— Nós queremos um órgão que congregue as secretarias de Segurança, principalmente para lutar por recursos e definir uma doutrina de segurança. Se conseguíssemos isso, poderíamos formar policiais com uma nova mentalidade no futuro — afirma o secretário Manoel Fogaca, de Santa Catarina.

Ele se queixa porque, tradicionalmente, o setor de segurança pública foi relegado a segundo plano na destinação de verbas da União, e o secretário de Segurança do Ceará alia-se a essa queixa: "Em todo o planejamento federal de atendimento a obras sociais exclui-se a segurança pública — um serviço essencial à população. A União distribui verbas para lazer, habitação, cultura, saúde, educação etc, mas jamais para segurança pública", reclama o secretário, lembrando que o Ceará, até agora, só recebeu Cz\$ 2 milhões para o projeto do Mutirão da Violência.

José Feliciano Carvalho diz que alimenta um sonho dourado com relação à criação desse departamento, que, em sua opinião, é um embrião para a criação do futuro Ministério da Segurança Pública: "que, ao se instalar, esse departamento sirva para acordar o governo da União sobre o drama vivido pelas secretarias de Segurança. A segurança pública precisa ser incluída num contexto social". Seu colega de Santa Catarina também tem um sonho: "Hoje, eu faço uma exposição de motivos e o governador do meu estado vai a Brasília lutar por verbas. Eu espero que o novo departamento elimine isso ou, pelo menos, facilite as coisas."

"Os secretários têm que lutar por verbas em seus estados, não em Brasília", avisa o coronel Kurt Persek, acrescentando que até o fim do ano estará concluído o estudo de criação desse departamento. A notícia tranquiliza imediatamente os funcionários do Ministério da Justiça, porque traz em seu bojo uma outra novidade: o Departamento de Segurança Nacional substituirá a Divisão de Segurança Interna, um órgão que, até o governo passado, se ocupava em preparar relatórios, análises e comunicados para delatar funcionários.

Para ampliar a tranquilidade, o coronel avisa que há muito tempo a DSI não faz mais isso. "Atualmente, apenas comunicamos ao ministro da Justiça as denúncias que recebemos do povo contra violência no campo e na cidade", conta ele, emendando: "cartas anônimas, denúncias e relatórios que aqui chegam contra funcionários vão direto à cesta do lixo".



conta Getúlio Lopes. "Invariavelmente, conseguimos bons resultados para a convivência".

Mas nunca houve movimentação para transferi-los, tanto na Ceub como na Universidade de Brasília — vizinha da Vila Xavier, com cerca de 100 barracos. Para o decano de Administração da UNB, Flávio Versiani, a preocupação da universidade é a mesma dos demais moradores de Brasília: "É triste vê-los em tanta miséria. Mas nunca tentávamos colocá-los a distância; tanto eles quanto nós fazemos parte da cidade".

A maior parte dos habitantes das invasões migrou recentemente. Vem para a Capital Federal em busca de melhores chances, mas, sem profissão definida, acabam piorando de vida. Só no primeiro semestre, 3 mil 475 pessoas vindas principalmente do Nordeste, pediram ajuda à Secretaria de Serviços Sociais do Governo do Distrito Federal. Em 85, este número chegou a quase 10 mil — 48% do Nordeste, 24% do Sudeste, 4% do Cen-

tro-Oeste, 4% do Norte e 3% do Sul — não deu para identificar os outros 17%. Mesmo carentes, contudo, apenas 10% destes migrantes resolveram partir para outra. O resto se acomodou, principalmente nas favelas do plano-piloto, perto do centro.

No desenho original de Brasília, o plano-piloto seria o avião onde se localizariam as quadras residenciais e comerciais, além das sedes dos poderes federal e local. Mas a administração do Distrito Federal considera como parte do plano-piloto, outras áreas próximas ao centro da cidade. Num destes locais, está uma das maiores invasões de Brasília, a do Paranoá, que tem hoje cerca de 2 mil 610 barracos, abrigando 3 mil 200 famílias. Da maioria destes barracos pode-se ver o próprio Palácio da Alvorada, residência oficial do presidente da República. A Vila dos Parafusos, outra das grandes invasões do plano-piloto, tem cerca de 400 barracos, onde vivem aproximadamente 520 famílias.

A maioria dos barracos das invasões é feita de placas de compensado e papelão grosso, tendo, muitas vezes, apenas uma lona plastificada como teto. No entanto, dependendo da localização, um barraco destes pode ser alugado por mais de Cz\$ 300 e vendido por cerca de Cz\$ 250 mil. Existem dezenas de pessoas, segundo informa Ronaldo Pena, da Terracap, vivendo do aluguel e venda destas moradias. "Para eles cada invasão é sinal e lucro. Por isto, as incentivam".

A intenção do governo do Distrito Federal é acabar com as invasões, posição apoiada por Lúcio Costa, urbanista responsável pela concepção original de Brasília. Mesmo se negando a dizer o que sente ao ver favelas em meio ao elegante desenho da cidade que criou, Lúcio Costa conta que já fez projetos de apartamentos econômicos, de 30 metros quadrados, para os menos favorecidos. "Estes pequenos imóveis, localizados a caminho das cidades-satélites, são a melhor providência que posso tomar em resposta às invasões."

Brasília — O local é conhecido como a chácara do Luís. De um lado, bananeiras, do outro, mamoneiros. Casa, entretanto, não existe. Nem mesmo um barraco. Luís, mulher e dois amigos têm inclusive pomar, mas moram há três anos, debaixo de um viaduto a caminho da universidade de Brasília, no centro do plano-piloto — a área mais nobre da Capital Federal. Melhor sorte teve a cearense Maria Carlos: há sete anos ela, filhos e netos vivem em cinco barracos, em torno dos quais criam porcos, patos, galinhas e coelhos. A "fazendinha" como eles chamam, fica ao lado da superquadra 415 norte, onde o aluguel de um apartamento de dois quartos está por volta dos Cz\$ 5.000.

As favelas, conhecidas em Brasília como invasões, se multiplicam diariamente; na cidade planejada para abrigar — e, portanto, exibir — o que há de mais nobre no país. Estimativas do governo local calculam que, em 1985, dos 1 milhão 567 mil 644 habitantes urbanos do Distrito Federal, cerca de 100 mil viviam em barracos ou, simplesmente, pelas ruas — abrigados, muitas vezes, em guaritas construídas para serem ocupadas por seguranças ou em passagens subterrâneas do eixo-rodoviário — a maior avenida da cidade. Aproximadamente 20 mil destes favelados foram transferidos, recentemente, pelo governo, para loteamentos construídos em cidades-satélites — como Planaltina, a cerca de 50 quilômetros do centro da capital.

Mas hoje, só no plano-piloto, as invasões relacionadas pela Terracap — órgão responsável pelas áreas urbanas do Distrito Federal — chegam a 15, com cerca de 5 mil barracos, onde vivem perto de 33 mil pessoas, na vizinhança de embaixadas, mansões, universidades e, até da própria residência oficial do governador José Aparecido de Oliveira: a menos de 100 metros da granja de Águas Claras existem cerca de 80 barracos, abrigando perto de 100 famílias.

Vizinhança nobre

Diplomaticamente, os vizinhos das embaixadas não confessam qualquer mal-estar. A maioria dos estrangeiros reage como a adido de divulgação e imprensa da Inglaterra, Pamela Barsley, cujas representações ficam a poucos metros dos cerca de 70 barracos da invasão da 614 norte: "Eles não chegam a nos afetar, até porque são um problema exclusivo do governo brasileiro".

Mas, entre os outros vizinhos, muitos já tentaram agir. O vice-presidente do Ceub — uma universidade particular com 10 mil alunos, ao lado da qual fica uma favela com 530 barracos e 650 famílias — conta que, muitas vezes tentou uma aproximação com os favelados. "Depois de termos problemas como portas e janelas quebradas, passamos a cativar a amizade da invasão, envolvendo a comunidade, por exemplo, em atividades esportivas",